



A Relação Sociedade/Natureza no Ensino de Geografia: a necessidade de articulação dos conteúdos

Prof. Dr. Jorge Luiz Barcellos da Silva Profa.¹

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins²

Profa. Dra. Cecília Cardoso Teixeira de Almeida³

RESUMO

Esse trabalho se inscreve no contexto dos debates que envolvem o ensino de geografia nos níveis fundamental e médio na escola básica. A reflexão deriva da observação crítica de um dos aspectos que a formação do Geógrafo e a do professor de geografia tomou nos últimos anos. Os processos formativos de geógrafos e professores de geografia não tem tido êxito na articulação dos conteúdos das diferentes áreas que configuram a ciência geográfica. Trata-se de uma tradição que persiste. E isso tem desdobramento marcante no âmbito das práticas em geografia e do Ensino de geografia. No ensino superior grande parte dos trabalhos dos geógrafos adensam suas práticas assentados em diferentes graus de especializações e fragmentações dos seus conteúdos. Os conteúdos ao serem desdobrados, na maioria das vezes, ao se transformarem em temas da ciência geográfica, guardam com sigilo o objeto de seus interesses de forma independente das demais áreas em que a disciplina se ocupa. Se apresentando com fundamentos ausentes, desguarnecendo a compreensão geográfica em discussão. A exposição mais detalhada dessas ideias nos obriga a reconhecer que aspectos essenciais presentes na relação sociedade/natureza, são elementos pontuais incontornáveis. Mediante eles, os conteúdos de geografia na escola ganham a articulação necessária e revelam a importância que possuem na formação da consciência geográfica dos estudantes.

Palavras-chave: Relação Sociedade/Natureza, Ensino de Geografia, Conteúdos, Consciência Geográfica.

RESUMEN

Este trabajo se inscribe en el contexto de los debates que rodean la enseñanza de la geografía en los niveles de primaria y secundaria en la escuela básica. La reflexión deriva de la observación crítica de uno de los aspectos que ha tomado la formación del geógrafo y del profesor de geografía en los últimos años. Los procesos formativos de los geógrafos y profesores de geografía no han tenido éxito en la articulación de los contenidos de las diferentes áreas que configuran la ciencia geográfica. Se trata de una tradición que persiste. Y esto tiene repercusiones notables en el ámbito de las prácticas de la geografía y la enseñanza de la geografía. En la enseñanza superior, gran parte del trabajo de los geógrafos se basa en diferentes grados de especialización y fragmentación de sus contenidos. Al desglosarse los contenidos, en la mayoría de los casos, al convertirse en temas de la ciencia geográfica, conservan el objeto de su interés de forma independiente de las demás áreas que abarca la disciplina. Se presentan con fundamentos ausentes, despojando la comprensión geográfica en discusión. La exposición más detallada de estas ideas nos obliga a reconocer que los aspectos esenciales presentes en la relación sociedad/naturaleza son elementos puntuales ineludibles. A través de ellos, los contenidos de geografía en la escuela adquieren la articulación necesaria y revelan la importancia que tienen en la formación de la conciencia geográfica de los estudiantes.

¹ Professor Doutor, no Departamento de Educação e no Programa de Pós- Graduação em Educação PPGE/ UNIFESP. Email: jorge.barcellos@unifesp.br

² Professor Doutor, no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana PPGH/ USP. Email: elmartins@usp.br

³ Geógrafa (USP), Pós doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UNIFESP. Email: cilicardoso@uol.com.br



Palabras clave: Relación sociedad/naturaleza, enseñanza de la geografía, contenidos, conciencia geográfica.

ABSTRAC

This work is part of the debate surrounding the teaching of geography at elementary and secondary school levels. The reflection stems from a critical observation of one aspect of the training of geographers and geography teachers in recent years. The training processes for geographers and geography teachers have not been successful in articulating the content of the different areas that make up the science of geography. This is a persistent tradition. And this has a significant impact on the practice of geography and the teaching of geography. In higher education, much of the work of geographers is based on different degrees of specialization and fragmentation of content. When the content is broken down, in most cases, when it becomes a topic of geographical science, it retains the object of its interest independently of the other areas that the discipline deals with. It presents itself with missing foundations, undermining the geographical understanding under discussion. A more detailed exposition of these ideas forces us to recognize that essential aspects present in the society/nature relationship are unavoidable elements. Through them, the content of geography in school gains the necessary articulation and reveals its importance in the formation of students' geographical awareness.

Keywords: Society/Nature Relationship, Geography Teaching, Content, Geographic Awareness

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se inscreve no contexto dos debates que envolvem o ensino de geografia no ensino Fundamental e Médio. A reflexão deriva da observação crítica de um dos aspectos que a formação do Geógrafo e a do professor de geografia tomou nos últimos anos. Em outros eventos fizemos observações dentro desse mesmo temário, mas aqui, voltamos especialmente aos conteúdos que atestam a disciplina no processo formativo dos alunos nas etapas do ensino Fundamental e Médio da escola básica

Os processos formativos de geógrafos e professores de geografia não tem tido êxito na articulação dos conteúdos das diferentes áreas que configuram a ciência geográfica. Trata-se de uma tradição que persiste, mas agravou-se mais recentemente. E isso tem desdobramento marcante no âmbito das práticas em geografia e do Ensino de geografia.

No ensino superior grande parte dos trabalhos os geógrafos adensam suas práticas assentados em diferentes graus de especializações e fragmentações dos seus conteúdos. Os conteúdos ao serem desdobrados, na maioria das vezes, ao se transformarem em temas da ciência geográfica, guardam consigo o objeto de seus interesses de forma independente das demais áreas em que a disciplina se ocupa. Se apresentando com fundamentos ausentes, desguarnecendo a compreensão geográfica em discussão.



Nessa mesma perspectiva professores em formação, em muitos casos, têm dificuldades em reconhecer e formular intervenções pedagógicas identificadas como ensino de geografia. Perguntas como a geomorfologia participa no ensino de geografia? E a mesma pergunta cabe para a geografia agrária, a pedologia, a geografia urbana, a geografia política, a geologia, a hidrografia... são constantes para os futuros professores de geografia. Todos esses conteúdos se veem, mais uns menos outros, distribuídos na velha estrutura, geografia física, geografia humana e a geografia econômica. Uma estrutura já bastante criticada por apresentar um perfil enumerativo e desinteressante. E o pior, talvez não cumpra o principal: apresentar a geografia das diferentes realidades que o ensino de geografia tem por obrigação contemplar. E ele se aplica para docentes que já atuam na escola básica. O professorado tem chegado no final dos seus respectivos trajetos formativos assim como na escola básica (em especial nas formações continuadas) com muitas dificuldades em relação aos fundamentos das questões de ordem epistemológicas da área. E nesse desdobramento indagações como *o que é geografia* e, por decorrência, a importância do seu ensino, parece não ser mais uma necessidade fundante da articulação das intervenções pedagógicas na escola básica.

Uma explicação possível dessa situação reside na maneira como grande parte das pesquisas acadêmicas em geografia - aqui incluímos também sobre o ensino de geografia - têm se configurado. São elaborações que estão no contexto da produção do conhecimento na área, e de alguma forma direta ou indireta reverberam também sobre o que acontece na escola.

Muitas pesquisas são demarcadas pelo alto grau de particularização e estilhaçamento. São trabalhos que ancorados nessa perspectiva de verticalizações. Nada em sua fundamentação teórica sugere a necessidade de diálogo complementar com outras subáreas da ciência geográfica. Mais do que nunca o diálogo entre geografia humana e geografia física ficou emudecido, e por decorrência pouco podemos refletir sobre uma relação tão fundamental que é a relação sociedade/natureza. Esse último aspecto consideramos fundamental nas práticas dos geógrafos e em especial na prática dos professores que ensinam geografia.

Um alerta foi nos dados por Armando Correa da Silva quando profetizou na segunda metade dos anos de 1986:

Há várias tendências recentes do pensamento geográfico e o meu receio é que essas tendências se tornem várias geografias; e aumentem a fragmentação do conhecimento. Então, eu constato a inexistência de um discurso teórico geral; e, como decorrência disso, ocorre a fragmentação do conhecimento. (Silva, 1986, p.117. grifo nosso)



Ou seja, que discurso teórico atravessaria todas as subáreas que consistem no universo da disciplina? Considerando a natureza temática específica da geografia urbana, da geografia agrária, da geografia política, da geografia cultural, da geografia econômica, possuiriam estas diferentes subáreas um discurso teórico geral mínimo que permitiria o a interação entre elas? E as demais disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a climatologia, a geomorfologia a hidrografia, em que termos teóricos elas teriam interface com a ciência geográfica frente a esse discurso teórico geral mencionado por Armando Correa da Silva.

Mas o que seria possível problematizar no que tange os fundamentos da ciência geográfica, pensando nos processos de formação de geógrafos e de professores de geografia?

Consideramos ser necessário reconhecer, inicialmente que, embora a geografia brasileira tenha experimentado uma alteração quantitativa e qualitativa nos tensionamentos em relação ao seu ensino, decorrente da fragmentação instalada na disciplina, é possível que se verifique duas consequências que tenhamos perdido, a saber: primeiro, o discernimento entre os conteúdos que fazem parte da formação dos geógrafos e aquilo que deve ser o conteúdo a ser ministrado no ensino de geografia nas etapas: Ensino Fundamental e Ensino Médio, e, em segundo, fragilizou-se a razão o porquê devemos ensinar geografia na escola básica.

É necessário admitir que embora os processos de renovação da geografia brasileira tenham se desdobrados nos últimos 40 anos, os fundamentos e as práticas em geografia, formulações curriculares e as aulas de geografia continuam preenchidas por conteúdos que podem ser perfeitamente serem ministrados por profissionais de outra formação, como sociólogos, biólogos etc. Esses encaminhamentos continuam gerando indagações. Os alunos, os pais e coordenações pedagógicas – de maneira geral - continuam a indagar se essas proposições são aulas de geografia ou aulas de qualquer outro tipo de conteúdo.

Nesse sentido é que entendemos ser vital retomar as problematizações e proposições de estudos sobre a configuração de um discurso teórico geral como apontou Armando Correa da Silva (1986). Esse movimento abre a perspectiva de retomarmos a importância de fundamentar o discurso que nos apresentará o que é geografia para, então refletir e subsidiar as práticas do seu ensino na escola básica.

Isto posto, essa comunicação tem como perspectiva ponderar sobre o ensino de geografia na escola. Discorda da postura que se mostra cada vez mais presente nas aulas de geografia, nos livros didáticos assim como em atlas escolares, colocamos em discussão a posição que identifica o ensino de geografia como o desenvolvimento a priori de categorias



como espaço, paisagem, lugar, entre outras. Em suma, problematizamos que o ensino de geografia não parte de conceitos elaborados a priori e tem como objetivo usar de alguns exemplos para comprovar que os pressupostos apresentados são verdadeiros.

Entendemos que organizar trabalho pedagógico do ensino de geografia a partir dessa perspectiva revela uma insuficiência, como mencionada, situada na própria formação do geógrafo e do professor de geografia. Essa incapacidade, está presente nos cursos de graduação assim como em muitas formações continuadas e em encaminhamentos curriculares como é o caso, por exemplo da Base Nacional Comum Curricular (2017).

METODOLOGIA

Apresentamos a seguir um estudo inicial que busca pensar os fundamentos da geografia. E para tal o trajeto dessa reflexão tem como centralidade pensar sobre a relação sociedade/natureza no ensino de geografia para a articulação dos conteúdos. Dimensionamos o fato de que há um legado na tradição da ciência geográfica, e ele pode ser resgatado, problematizado e apontar para uma dimensão de reflexões mais ampla que a tradição permite.

Esse movimento visando reforçar o entendimento do que é geografia e qual a importância do seu ensino é o que se explicita a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

Do legado geral do pensamento ocidental, derivaram-se algumas definições de geografia ora monistas ora dualistas (e pluralistas), ora privilegiando um aspecto em detrimento de outro ora voltada para um princípio geral, mas todas com o intento de fornecer forma ao conteúdo desse conhecimento. Seja qual for, a concepção espacial se destaca por várias razões, as quais nos determos em elencar e com isso, apontar possibilidades para o ensino de geografia na formação escolar básica.

A concepção ou tradição espacial tem por base apontar para a posição onde se encontram os objetos, sejam eles naturais ou construídos, indivíduos ou sociedades. Portanto, diz respeito a importância da pergunta “onde”, ou seja, a relevância de apartar do conjunto dos eventos da experiência cotidiana, os porquês e as motivações que explicam a localização de tudo que existe no mundo. A partir dessa indagação, a condição de relação se estabelece definitivamente e o “onde?” se refere àquilo ou àquele(s) que está em um dado lugar. Entretanto, este que se situa, o faz perante os demais objetos, por sua vez, trazendo informações ali presentes (povoamentos, cursos d’água, vegetação, arruamentos, edificações), alimentando



a análise com informações sobre posição, distâncias, densidades, direções, todas em função e a partir da localização.

A relevância dessa preocupação com a posição/localização pode ser aprofundada através da história e da arqueologia cujo resgate da sociedade grega antiga, se fez em minuciosas compilações de registros a respeito das distâncias entre lugares, dos contornos e recortes litorâneos, dos pontos adotados como referência, formando um vasto material que, mais tarde, passaria a compor a base da “Geographia de Ptolomeu no segundo século de nossa era” (Pattison, 1977, p.102)

Além disso, a compreensão dos ensejos que originam localizações, abre alas não apenas para a determinação e exposição dos demais aspectos espaciais como também para expectativas entorno de sua representação gráfica, através das possibilidades que a cartografia inaugura. Outra de suas derivações estabelece no dado que, aquilo que se localiza sofre modificações e, portanto, tem dinamismo. As transformações por que passam os lugares podem ser registradas e comparadas, permitindo relatar sua história de evolução e de alterações por que passam formações sociais inteiras e seus lugares, dando pistas e ainda manifestando as formas através das quais se reproduziram, permaneceram e até feneceram.

A concepção ou a “tradição espacial” a que se refere Pattison (1977, p.102), tem por alicerces, as noções de movimento e do desenho geométrico, permitindo, nesse sentido, a aproximação entre a geografia que se pesquisa, alvo de apuração sistematizada e científica, daquela geografia que se ensina na escola básica. Isso porque ambas dividem o pretense objetivo de reconhecer as diferenças entre lugares, investigar e descobrir as vinculações entre seus aspectos e partes e assim alcançar o todo em conjunto.

Surge a ideia de mundo preenche da ideia de espaço a ponto de convertê-lo em objeto próprio à geografia. Mas o espaço é uma das tantas categorias que compõe o conhecimento geográfico, como região, lugar, território, entre outras, tampouco a espacialidade constitui problemática exclusiva à geografia.

Sem, no entanto, entrar nesse debate, aqui importa salientar que o desenvolvimento do interesse pelos temas da geografia no ensino escolar pode caminhar lado a lado com a pesquisa geográfica, retroalimentando um e outro, na medida em que participam de uma mesma perspectiva: a espacialidade que compõe a geografia dos lugares. Ainda assim, é fundamental lembrar que, para entender o lugar em que vive o indivíduo e/ou o meio em que convivem as formações sociais, torna-se necessário observar a forma de abordagem, a linguagem escolhida,



o nível de aprofundamento e detalhamento do conteúdo e a escala pretendida, em um e outro caso, respectivamente nos campos da pesquisa e da docência dirigida a escola básica.

Essa confluência de interesses consente restabelecer o compromisso da universidade em seu papel constitutivo de parceiro ativo, mediador e protagonista da produção de conhecimento genuíno, que trabalha em defesa do equacionamento da vida persistida e da diversidade que a caracteriza.

Entretanto, uma tal vinculação implica um grande esforço profissional, por parte dos envolvidos, na direção de estabelecer conscientemente, uma formação universitária sólida e de qualidade. Se por um lado, se faz necessário identificar criticamente os enunciados de teorias já consagradas, assim como, incorporar (ou não) as inovações trazidas pelas ferramentas tecnológicas disponíveis, de outro lado, o imperativo de reconhecer, estimular e consolidar a retomada dos fundamentos chave da geografia para o desenvolvimento de uma teoria e prática científicas aliadas à vida cotidiana. Em outras palavras, comungar tradição e inovação na direção que possam trazer sentido e significado aos estudos de geografia em quaisquer períodos de formação.

Afinal de contas, conhecer geografia é conhecer a si, ao(s) outro(s), falar sobre nós, indivíduos em sociedade criando e valendo-se ao mesmo tempo das condições determinadas em cada momento e lugar; uma herança material e imaterial de modos de vida em plena dinâmica.

De sorte, que por este caminho, espaço e espacialidade levam ao lugar, a paisagem, ao território, às regiões, ao habitat, expressões que são da análise do modo de vida social, temporalmente localizada, que integram a linguagem geográfica. Mas como se traduz para o ensino de geografia? Não se deve começar a ensinar geografia por essas expressões para em momento posterior, alcançar e entender o mundo e a realidade concreta do vivido, mas precisamente o inverso. Significa afirmar que as categorias decorrem da investigação e interpretação sobre o que nos cerca e sobre o longínquo e ao passo que essa geografia nos pertence como objetividade histórica, enquanto obra própria ao humano.

Segue então, uma outra decorrência da análise espacial. Tal parece ser a a criação das cidades. Habitat predominante na contemporaneidade, representam o engenho humano em suas relações de dependência e de determinação sobre a vida que se reproduz no campo. Pensar sobre a gênese da cidade consente investigar sobre as vivências urbanas e sua repercussão no desenvolvimento da subjetividade individual e social.



A cidade como local onde coabitam indivíduos no dia a dia, cada qual com suas vidas particulares, igualmente revela que essas mesmas vidas particulares conduzem e fomentam as dinâmicas do urbano, mas não como parte que são dessa condução. Isto é, produzem e reproduzem o todo urbano de forma estranhada, a cidade e o urbano apartados de si mesmos, dos próprios artífices e habitantes dessa realidade.

Não há lugar idêntico a outro e, do mesmo modo, as cidades não são iguais. Guardam elementos em comum, mas são realidades distintas e distinguíveis. Donde a tradição dos estudos de áreas. Prática tão remota quanto os escritos sobre a Grécia antiga, referidos anteriormente.

Nessa mesma direção e à semelhança da concepção espacial, o estudo de áreas como consuetudinária, apresenta paralelo no uso em atividades de docência e de pesquisa, ainda que na contemporaneidade se revistam de linguagem matemático-estatística e de parâmetros e modelos geométricos.

Novamente recorrendo a antiguidade clássica, encontra-se Estrabão o qual produziu maciçamente informações e conhecimentos sobre a natureza dos lugares, seu caráter e diferenciação. Entretanto, como observa Pattison, (1977, p.104) “Estrabão exhibe atributos interessantes da tradição de estudos de área, aos quais dificilmente se pode dar demasiada ênfase”. Significa dizer que Estrabão contribuiu mais para a firmação de padrões literários de escrita de uma dada época que propriamente de teor geográfico, ainda que possam revelar algo sobre o modo de vida.

E foi justamente a apreciação de Richard Hartshorne em “Natureza da Geografia” de 1939 sobre tais escritos antigos, que trouxe à luz “atributos interessantes”, como por exemplo, a dificuldade em situar a relação entre o todo e a parte, ainda tão arduamente equacionada até nossos dias.

Esse problema reside, entre outros motivos, exatamente porque na vida fática, da experiência cotidiana e do vivido, são construídas uma prática e uma teoria cujo entendimento se apresenta fragmentário. Tal fragmentação se deve à heterogeneidade de papéis e funções cumpridas em diversas atividades, assim como, a superficialidade de apreensão e de entendimento possíveis no dia a dia.

Contudo, e precisamente por intermédio dessas vivências fragmentadas e inconsistentes, se verifica o contato com o mundo externo, a ambientação com o outro, com os



demais, isto é, a oportunidade de constatar aquilo que se distingue entre semelhantes e as similitudes contidas nas diferenças.

Assim sendo, para capturar a realidade em processo, parece apropriado ter por horizonte a busca da totalidade. Diferente do todo, a totalidade representa a unidade de múltiplas relações determinadas cada qual às suas expensas, jogo de corte e recorte escalar que de seu lado se constitui de diversas e infinitas outras faces igualmente fundantes dessa mesma totalidade. Disso decorre a importância primaz da interpelação sobre as formas de reconstituição da realidade no plano do pensamento cotidiano e do conhecimento científico, discussão tradicionalmente pertencente à teoria do conhecimento, à gnosiologia e à epistemologia.

A indagação de “onde?” remete ao “quando?” (o onde perante o quando) trazendo o conteúdo histórico pertinente e intrínseco a qualquer geografia e inversamente, o geográfico próprio e inerente a qualquer momento e dinâmica da história. A Richard Hartshorne e a Carl Sauer, debita-se o apontamento de que a ligação entre estudos de áreas e a história particular de cada uma destas, emerge do teor ideográfico de ambas, ou seja, o que guardam de singular frente às semelhanças ou homogeneidades que compartilham e que caracterizam suas relações (Hartshorne 1939, p.104).

A perspectiva científica encontrada nos estudos de áreas, também assinaladas e reconhecidas como corológicas, subsidia e dá anuência à docência no ensino fundamental e médio da escola básica, já que ambas as atividades (pesquisa e docência) procuram capturar as diligências concorrentes nos diferentes lugares, seus processos de ascendência, manutenção e/ou de rupturas “seja ele um bairro ou uma nação” (Hartshorne 1939, p. 104).

Daqui se levanta a pertinência do debate sobre o imperativo da especialização do geógrafo, do professor de geografia e da ciência geográfica em suas respectivas práticas. Ora, na contramão das especialidades, o princípio hologeico que norteia Ratzel (1990), faz da geografia o estudo da inteireza do mundo, que aqui e agora se propõe e converte em trama tecida pelas articulações entre totalidade, o todo e a parte, uma trilha de acesso e de entendimento da geografia da realidade, que acertadamente recoloca o peso das escalaridades.

Naturalmente, deve-se desenvolver e esclarecer a significação desses termos - totalidade, todo e parte, ao passo da reflexão fundamental daquilo que se concebe como formação de consistência, a que se pretende dirigir aos indivíduos da escola básica e da



universidade – a pretensa qualificação do pesquisador, do docente e do discente, cada qual com suas atribuições e alcances, com suas demandas e conceitos.

Portanto, tradição espacial e o estudo de áreas à rigor não são duas teorias ou duas tradições da geografia, mas uma única. Dessa matriz nasce a possibilidade de destilar similitudes e distinções completamente dependentes do recorte escalar que se faz. O sentido da análise terá por determinação, essa escolha, como por exemplo a escala que considera a relação do Homem com a Terra ou a que se refere aos estudos regionais.

Sendo assim, o princípio que perseguimos aqui é inspirado na ideia de que a geografia humana resulta da apropriação exercida pela sociedade da geografia física. A designação geografia física hoje é amplamente difundida. Mas, já Hartshorne (1939) se indispunha com essa designação, e propunha seguindo a sugestão de dois outros geógrafos Sidney William Wooldridge e André Alix, nomeá-la de geografia natural. Vamos um pouco mais longe, preferimos geografia da natureza. E isso significa que admitimos que a natureza possui uma geografia e que a geografia humana resulta de uma transformação dessa.

Ressalte-se que o sentido de apropriação aqui está parcialmente explicitado nessas ideias. O correto seria afirmarmos que toda e qualquer apropriação se reveste de um duplo sentido disposto sempre em unidade. O sentido apresentado até aqui é de caráter objetivo, sendo que junto a essa objetividade, a apropriação também se reveste de um caráter subjetivo. Se consideramos esse duplo sentido chegamos à conclusão de que toda a geografia é característica do humano e da construção humana do mundo. Não haveria uma geografia intocada pela ação do homem (o que equivaleria à geografia física) e uma transformada (a geografia humana). O que teríamos apenas é uma e única geografia, ou seja, toda geografia seria humana, pelo simples fato de ser geografia.

Nessa direção também temos por terra uma distinção usual entre primeira e segunda natureza. A suposição da existência de uma dualidade entre sociedade e natureza, ou eventuais formas de conceber uma unidade entre esses dois entes, é equivalente a uma específica construção de um mundo. Correto, portanto, seria admitir, que toda a geografia emerge e pertence a construção de um mundo determinado. Ou mesmo, que essa apropriação “dupla”, tem outra designação: práxis. E nisso também aproveitamos para sinalizar que o trabalho possui essas mesmas características enquanto ação processual de construção do mundo.

Porém, sacrificando essas ideias em nome de uma exposição didática, nos deteremos aqui apenas (se for possível) nos aspectos objetivos envolvidos nessa questão. Retomamos,



portanto, a ideia exposta acima. Toda a geografia humana resulta da apropriação da geografia física. Ou, que toda geografia humana tem por base uma geografia física. Já por aí verificamos o quanto é improcedente buscar compreender a geografia de uma dada realidade descartando a natureza, ou a ação da sociedade sobre essa.

Essa última constatação nos permite fazer um reparo a um erro muito frequente ao longo da história da ciência geográfica. A unidade pretendida entre geografia física e geografia humana, não passa por um esforço interdisciplinar entre as subáreas dessa disciplina. A unidade não está no esforço de unidade entre esses dois ramos que dividem historicamente a ciência geográfica. Pois a geografia antes de se converter em uma disciplina portadora de um respectivo discurso, a geografia é fundamento da existência de toda e qualquer sociedade, ela é a outra face do mesmo rosto, sendo que a outra face a história. Portanto, a unidade pretendida não está na forma, mas no conteúdo. Se buscamos o caminho da forma, nos deparamos com um caminho epistemologicamente traçado para a formação de um conhecimento especializado, ou, muito pior, fragmentado. A especialização, com algum esforço coletivo entre os geógrafos, pode ser contornada na medida que os especialistas tenham para si que sua parte respectiva não é uma realidade que se encerra em si mesma, e com isso remeta a necessidade de dar voz aos outros colegas especialistas. O que os articula é uma compreensão da relação todo/parte. Mas, já a fragmentação é a condenação final que impede de entendermos o processo que forma a geografia da realidade. Infelizmente hoje, a ciência geográfica é construída por inúmeros e incontáveis fragmentos.

Sendo assim, sugerimos um desvio no olhar, e resgatarmos a unidade trilhando outro caminho. A disciplina, a ciência geográfica, e sua profusão de conhecimentos deve encontrar unidade quando olhamos o processo que dá origem a geografia de toda e qualquer realidade: a relação sociedade natureza. É dessa relação que temos a origem da geografia, e isso corrobora o que afirmamos linhas atrás, onde a geografia humana emerge da apropriação da geografia física. Porém, o caminho está apontado, mas não trilhado. Façamos o percurso, ao menos nos seus traços essenciais e incontornáveis.

O mesmo Hartshorne que citamos linhas atrás, parece ter chegado a uma conclusão semelhante a que propomos aqui. Esse geógrafo achava inaceitável que a disciplina estivesse dividida entre geografia humana e geografia física. Observamos essa recusa na seguinte passagem:



é absurdo, em face dessa situação, considerar a geografia Humana como separada da geografia Física. O Homem pertence à terra, é terrestre, como Ritter acentuou ao falar em “die irdisch erfüllten Räume der Erdoberfläche”⁴. *Qualquer obra material do homem, quer seja uma casa, plantada no chão, uma fazenda ou uma cidade, constitui uma combinação de elementos naturais e culturais* (Hartshorne, 1978, p.71, grifo nosso).

A passagem destacada em itálico guarda aponto para o que estamos aqui indicando. O olhar se dirige não para a disciplina, mas para cidades, fazendas, uma casa plantada no chão, ou seja, observa-se que qualquer um desses elementos citados surgem da interação entre sociedade e natureza. A referência a combinação entre elementos naturais e culturais⁵, é a perspectiva de Hartshorne para o entendimento da relação em questão. Cidades, fazendas, casas são os fenômenos de superfície apontados por Jean Brunhes (1962), esses que definiu como a geografia humana.

Entretanto, propor observar a relação sociedade natureza, nas atuais condições do desenvolvimento das forças produtivas parece um despropósito. Como identificá-la mais exatamente? Muitos guardam uma compreensão de que esta relação não exista mais, sobretudo em realidades predominantemente urbanas. Ou, tais seriam o avanço das técnicas, do desenvolvimento do meio técnico, que essa perspectiva estaria extinta. Como mencionava Georges Friedmann,

Em uma palavra, a evolução da percepção no novo meio parece marchar cada vez mais na direção da eliminação dos elementos que representam diretamente as coisas do mundo inanimado e animado, as manifestações naturais da vida, para significar uma rede crescente de seres fabricados, e, por isso, de relações mecânicas e energéticas.” (Friedmann, 1969. p. 48).

Porém, curiosamente são nessas realidades onde a relação mais se acentua. E, portanto, compreender o processo que envolve a relação sociedade/natureza não só permite entender a formação da geografia, como nos traz aspectos fundamentais para a reflexão da assim designada questão ambiental. Pelo que aqui entendemos, o que a questão ambiental aponta para as condições de existência e sobrevivência de todos os entes vivos, onde a vida de um é a garantia da vida do outro. A geografia humana é o habitar, são as condições ecológicas da existência do

⁴ Tradução: “os espaços terrestres da superfície da Terra”. Hartshorne se refere ao ensaio de Ritter “Sobre o Elemento Histórico na Ciência Geográfica” de 1833.

⁵ Nesse geógrafo encontramos a perspectiva de que toda ação humana pode ser traduzida por cultural. Não concordamos com essa posição, sobretudo se fizermos uma análise do que se denomina “cultura”, mas isso não invalida o que foi destacado nessa passagem.



homem. Ou seja, discutir geografia é discutir ecologia e vice-versa. Ou, simplesmente, a geografia é a ecologia humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Porém, a discussão que estamos apresentando aqui não desenvolverá essas últimas considerações. Estamos, na verdade, querendo apontar quais são aqueles elementos essenciais que permitem compreender a relação sociedade natureza. Nesse sentido devemos ter em conta quatro aspectos. Vamos a eles.

Um primeiro aspecto, a despeito de parecer obvio, é afirmar que toda e qualquer sociedade se relaciona com a natureza. Como nos sinaliza Ratzel “há uma ligação evidente que une a criatura humana à Terra” (p. 73, 1990, p. 73). Uma afirmação absoluta como essa requer uma justificativa, ou seja, o que sustenta essa certeza. Isso nos remete ao segundo aspecto a ser firmado. Qual é essa ligação evidente que menciona Ratzel? O que temos é que toda e qualquer sociedade se relaciona com a natureza em nome de sua sobrevivência. Como nos assinalou La Blache:

Cada grupo encontrou, no meio especial onde deveria assegurar a sua vida, tanto auxiliares como obstáculos: os processos a que recorreu por via de uns e outros representam outras tantas soluções locais do problema da sobrevivência. (La Blache, 1954, p. 35).

Por esse mesmo caminho enfatizou Marx e Engels (1982), ao destacarem a primeira imposição de toda existência humana, a mesma imposição para que a história se realize, ou seja, o fato de que os homens necessitam encontrar as condições para sua sobrevivência. Essa sobrevivência impõe satisfação das necessidades, traduzidas no comer, beber, habitar. A mesma constatação fez Ratzel, expondo seu ponto de vista ao afirmar que

Em meio a muitas variações que se sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação (Ratzel, 1990, p.74).

São essas necessidades primordiais, comer, beber, habitar, que permitem a história. Bem como a constituição da geografia, afinal, o habitar, o comer, e o beber, passam pela apropriação da natureza, essa apropriação impõe um *onde* isso ocorre. Define-se uma toponímia, um lócus onde todo esse processo se realiza.

Diante dessa constatação, de que a sobrevivência impõe a relação, e de que a sobrevivência se dá pela satisfação das necessidades, um terceiro e um quarto aspecto emergem



e são essenciais a essa relação entre sociedade e natureza. Nos referimos aqui ao biológico e ao econômico.

O terceiro responde por nossa condição animal, de um carecimento estrito nos termos biológicos, o comer, beber, habitar. E esse carecimento nos conduz a sociabilidade, implicando, portanto, numa relação entre os homens, permitindo observar que o ato de sobrevivência é um ato social. E isso nos leva ao econômico. Mais exatamente, ao nos apropriarmos da natureza, estabelece-se um relacionamento entre os homens com vistas a essa apropriação, que se constitui mediante à ação social, uma ação organizada entre os homens, um ato que se denomina de produção. Portanto, a sobrevivência mediante o carecimento é atingida pela satisfação que ocorre com as relações sociais destinadas a esse propósito, ou seja, relações sociais de produção.

Tudo isso responderia pela dimensão objetiva da existência das sociedades e de seus membros constituintes. Se considerarmos que todo esse processo é acompanhado por uma apropriação subjetiva, toda essa dinâmica objetiva é acompanhada por uma dimensão subjetiva equivalente. Uma simultaneidade que remete a constituição do humano. Os homens em sociedade, mediante seu relacionamento, pensam o que produzem, pensam suas necessidades. O econômico não responde sozinho pela constituição da apropriação. Que conhecimentos acompanham a ação, que linguagem são mediadoras, que concepção o homem tem de si, do outro e do meio que ele constrói. Enfim, o homem constrói o seu mundo. Tudo é, ou seja, tem seu ser, na medida de como as relações se definem. O ser aqui está definido pela práxis.

E a unidade entre sociedade e natureza está agora diante de nós. Da satisfação realizada pela relação social de produção, a fonte de toda sobrevivência é definida por cada sociedade. O solo possui fertilidade definida pela pedologia, ou é solo sagrado destinado aos deuses. A natureza é apenas recurso no processo de produção, ou é o ventre divino de onde nasce toda vida. Para cada uma dessas situações existe um tipo de homem, porque existe uma determinada forma de relação entre eles destinada a produção da sobrevivência, e por decorrência a totalidade de sua existência. Se o meio que nos cerca, fonte de nossa sobrevivência biológica, for designada de natureza, sendo uma alteridade distinta dos homens, essa posição, esse conceito emerge em determinadas condições de reprodução das relações sociais de produção. Não só o nome do conceito, mas também sua verdade constituinte. Todo um conhecimento aí se define. Em nossa realidade define-se esse conhecimento ou como científico, e o que não for científico, recebe a designação de cultural. Uma dicotomia tradicional. Equivocada, mas dominante ainda hoje.



Agora nos encontramos em condições de observar a unidade que constitui geografia, de quando a geografia humana representa a apropriação da geografia física. Tudo começa pela investigação do porquê os entes geográficos estão onde estão. Lembremos: o ato da produção cria topias, bem como as demais esferas da economia política, a circulação, a troca e o consumo.

Portanto, indaguemos os porquês dessa ordem tópica. Investiguemos o caráter determinante da localização de cada ente e de sua relação recíproca. Observemos como a distribuição se define. O significado das distâncias. A dimensão escalar que compete a cada sociedade na trama dos diferentes lugares em que ela se insere. A título de esclarecer, oferecemos alguns exemplos.

Se nos perguntarmos sobre a produção agrária, onde se localizam a produção de vários gêneros agrícolas, como laranja, soja, hortaliças em geral, será que a resposta teria relação com o clima, com o tipo de solo e relevo, ou no limite com o tipo de rocha onde se deposita a camada de solo? Com certeza sim. Todavia, a natureza é como se define em cada e para cada sociedade determinada. O que significa dizer que o solo, por exemplo em si, não é mais nem mesmo fértil, não é mais nem menos sagrado. Se na relação com a natureza uma sociedade busque primordialmente a renda, ou lucro, em detrimento da satisfação dos seus membros integrantes, a fertilidade será medida se o plantio de determinado gênero, produzir renda. Sem fertilidade, e sem a renda não haverá plantio. Portanto, a localização se define pela relação entre fertilidade, clima adequado e possibilidade de gerar renda. O que designamos renda da terra. A distância entre a localização da produção e onde será o consumo se vê determinada por essa mesma imposição: renda.

A partir daí toda uma geografia agrária é definida, onde se localizam as diferentes atividades agrárias, agricultura e pecuária, as rodovias e estradas vicinais, portos, aeroportos, vias férreas, enfim por onde a produção circula. Lugares de armazenamento, de depósitos. Os lugares de comércio, supermercados, feiras públicas etc.

E na geografia das cidades, onde o industrial predomina sobre o agrário? Sempre caberá a pergunta até que ponto a natureza não define o perfil geográfico de uma cidade. Até que ponto ela não foi, ou é obstáculo à circulação, ou a localização de moradias, estabelecimentos industriais e comerciais. A forma pela qual, geomorfologia e a hidrografia, podem interferir no preço do solo urbano enquanto mercadoria, ou quanto das políticas públicas são direcionadas para transpor esses elementos da natureza. A interferência do estado, via planejamento urbano, não raro atendendo aos interesses dominantes da sociedade, podem



responder a essas necessidades. Tuneis são construídos, linhas de transporte subterrâneo, rios são enterrados, tudo em nome da circulação de capitais, mercadorias e da força de trabalho.

Evidentemente, especialmente nessas geografias, destaca-se o problema ambiental. Entretanto, a natureza não pode fazer parte dos estudos de geografia urbana apenas como um problema ambiental, como verificamos nos interessantes trabalhos de geomorfologia e hidrografia urbana. Citamos aqui exemplo de Ab'Saber ao se referir ao sítio urbano da cidade de São Paulo.

As ferrovias seguiam as zonas de transição entre as planícies aluviais e as colinas mais suaves, superpondo-se, muitas vezes, nos principais terraços fluviais que a região de São Paulo apresenta. Essas áreas baixas e mal drenadas, que muito tempo permaneceram abandonadas, isolado as principais colinas urbanizadas, constituem, hoje, o sítio básico do parque industrial brasileiro. Nota-se, imediatamente, que a maior porcentagem dos bairros residenciais coincide com os diversos níveis das colinas... (Ab'Saber, 2007, p. 103)

Como dito anteriormente, sociedades caracterizadas por uma geografia urbana, fazem por sugerir que a relação sociedade natureza tenha diminuído a sua importância. Considerar isso seria um sério erro. Pois, em circunstância alguma, a relação com a natureza se intensificou tanto. É o que imprime a produção em escala industrial, exigindo quantidades crescentes de matéria prima, convertendo elementos da natureza em novos materiais para a produção, da prospecção de petróleo, à minerais, como as terras raras. A necessidade de geração energia, impactando a geografia na construção de usinas hidroelétricas, por exemplo, represando rios, alterando a geografia física preexistente.

Por fim, cabe ao professor de geografia percorrer realidades as mais diversas. África, Ásia, as Américas... As dificuldades são enormes, e nem sempre mitigadas na formação desses profissionais. Compreender com diferentes sociedades se relacionaram e interagiram com diferentes quadros naturais, e a partir daí constituem suas geografias. Será sempre um problema a ser enfrentado. Todavia, desviar dessa ideia é reeditar conteúdos que se dispõe de forma fragmentada, tornando o ensino de geografia algo desinteressante.

REFERÊNCIAS

AZIZ, AB'SÁBER. **Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo**. São Paulo: Atelier Editorial, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília,



MEC.2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 8 outubro 2019.

BRUNHES, JEAN. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962

FRIEDMANN, GEORGE. **7 Estudos Sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

HARTSHORNE, RICHARD. *The Nature of Geography – a critical survey of current thought in the light of the past*. Pennsylvania : **Association Lancaster**, 1939.

HARTSHORNE, RICHARD. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LA BLACHE, P. Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

MARX, K., ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Lisboa: Edições Progresso, 1982.

PATTISON, Willian D. As Quatro Tradições da Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, V. 7, P. 101-110. 1977

RATZEL, FRIEDRICH. Antropogeografia. In: **Ratzel**, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 59, São Paulo: Editora Ática, 1990.

SILVA, ARMANDO CORRÊA DA. **De quem é o Pedaco?** São Paulo: Hucitec. 1986.